RIAGE, 9 · Janeiro-Junho 2026 · e442
https://doi.org/10.61415/riage.442

CC-BY-NC 4.0

RIAGE
REVISTA IBERO-AMERICANA DE GERONTOLOGIA
riagejournal.com
ISSN: 2795-5559

Validação do inventário de tolerância ao assédio sexual para a população portuguesa

Validation of the sexual harassment tolerance inventory for the Portuguese population

Diogo Filipe Pires Miguel[1]

1. Iscte – Instituto Universitário de Lisboa I Cis- Iscte I Universidade Lusíada de Lisboa; ORCID: 0009-0007-3651-0239

Recebido: 10 outubro 2025 · Aceite: 27 abril 2026

Como citar: Pires Miguel, D. F. (2026). Validação do inventário de tolerância ao assédio sexual para a população portuguesa. *Riage, 9*, e442. https://doi.org/10.61415/riage.442

Resumo

O presente estudo apresentou como principal objetivo validar o Inventário de Tolerância ao Assédio Sexual para a população portuguesa. A amostra do estudo foi constituída por 390 estudantes universitários (73.1% mulheres; *M*idade = 24.32 anos), recrutados por conveniência. Os instrumentos aplicados incluíram um questionário sociodemográfico, o Big-Five Inventory, o Coping Styles Questionnaire e a versão portuguesa do instrumento traduzido, cuja adaptação seguiu um rigoroso processo de tradução-retrotradução e validação de conteúdo, sendo esta ainda antecedida por um estudo piloto. Os resultados das análises fatoriais exploratória e confirmatória suportaram uma estrutura unifatorial do instrumento com sete itens e níveis adequados de consistência interna (α = 0.75). Conclui-se assim, que o instrumento na sua versão portuguesa demonstra ser um instrumento conciso, psicometricamente sólido e adequado para avaliar atitudes de tolerância ao assédio sexual em contextos académicos, contribuindo para o diagnóstico institucional, monitorização de intervenções e investigações futuras.

Palavras-chave: Assédio sexual; validação; ensino superior; população portuguesa.

Abstract

The present study aimed to validate the Sexual Harassment Tolerance Inventory for the Portuguese population. The sample consisted of 390 university students (73.1% women; *Mage* = 24.32 years), recruited through convenience sampling. The instruments used included a sociodemographic questionnaire, the Big Five Inventory, the Coping Styles Questionnaire, and the Portuguese version of the translated instrument, whose adaptation followed a rigorous translation–back-translation and content-validation process, preceded by a pilot study.

Results from the exploratory and confirmatory factor analyses supported a one-factor structure with seven items and adequate internal consistency (α = 0.75). The findings indicate that the Portuguese version of the instrument is concise, psychometrically sound, and suitable for assessing attitudes of tolerance toward sexual harassment in academic contexts, contributing to institutional diagnosis, intervention monitoring, and future research.

Keywords: Sexual harassment; validation; higher education; portuguese population.

Introdução

O assédio sexual nos contextos académicos e laborais constitui um problema de saúde pública e de direitos humanos, com um impacto negativo no bem-estar psicológico, no envolvimento académico, profissional e na coesão institucional (Minnotte & Pedersen, 2023; Yie & Ping, 2021). Para além do impacto direto nas vítimas, a normalização social de atitudes permissivas contribui para a perpetuação do fenómeno, dificultando a denúncia, o reconhecimento e a prevenção (Brown & Biefeld, 2023). Em Portugal, apesar de uma atenção crescente ao tema, persiste a necessidade de instrumentos validados e culturalmente adequados para quantificar as atitudes de tolerância face ao assédio sexual, condição essencial para mapear o problema e avaliar intervenções baseadas em evidência (Martins et al., 2012).

A literatura internacional descreve o assédio sexual como um contínuo de condutas indesejadas de natureza sexual, verbais, não verbais ou físicas, que criam ambientes hostis e discriminatórios, particularmente no ensino superior e no trabalho (Fitzgerald et al., 1988). No contexto português, os trabalhos na área da comunicação e dos estudos sociais têm sublinhado como as práticas e discursos de justificação e normalização do sexismo moldam as perceções e a tolerância ao assédio, reforçando a necessidade de medidas específicas e validadas para o nosso contexto sociocultural (Faustino et al., 2025).

A compreensão destas atitudes é também relevante no âmbito do envelhecimento ativo, uma vez que a promoção de contextos sociais seguros e respeitadores ao longo da vida constitui um fator protetor para a saúde, participação social e qualidade de vida em idades mais avançadas (Ohse & Stockdale, 2008).

Entre as medidas disponíveis na literatura internacional, o *Tolerance to Sexual Harassment Inventory* (Inventário de Tolerância ao Assédio Sexual) é um instrumento breve concebido para avaliar a tolerância face ao assédio sexual, tendo sido originalmente proposto por Lipschultz e Hilt (1994). O Inventário de Tolerância ao Assédio Sexual, encontra-se numa escala Likert de 5 pontos, apresentando uma estrutura fatorial unidimensional e valores de consistência interna adequados na versão original (α = .83), oferecendo uma operacionalização concisa do constructo de tolerância ao assédio e distinguindo-se das escalas com foco na experiência do fenómeno (e.g., *Sexual Experiences Questionnaire*; Fitzgerald et al., 1988). Contudo, não existe uma versão validada para a população portuguesa, o que limita a comparabilidade transcultural e a avaliação rigorosa de programas de prevenção e intervenção. Para além do seu contributo científico, a validação desta escala para a população portuguesa possibilita a sua utilização nos contextos organizacionais e institucionais, permitindo o diagnóstico de atitudes face ao assédio sexual, a monitorização de intervenções e o apoio ao desenvolvimento de políticas e estratégias de prevenção orientadas para a promoção de ambientes mais seguros e equitativos.

Este artigo visa adaptar e validar a versão portuguesa do *Tolerance to Sexual Harassment Inventory* (TSHI) numa amostra de estudantes do ensino superior português, com três objetivos específicos: (a) examinar a estrutura interna por via de análises fatoriais (exploratória e confirmatória); (b) estimar a consistência interna do instrumento; e (c) apresentar evidências iniciais de adequação psicométrica da versão portuguesa, colmatando a ausência de uma medida breve e validada de tolerância ao assédio sexual no contexto nacional.

Metodologia

Desenho do estudo

O presente estudo metodológico de adaptação transcultural e validação psicométrica do Inventário de Tolerância ao Assédio Sexual para o contexto português apresenta um desenho de estudo transversal, uma amostra por conveniência e uma abordagem analítica de dois passos (análise fatorial exploratória e confirmatória), seguindo as boas práticas de validação de medidas.

Participantes

A amostra foi constituída por 390 estudantes do ensino superior em Portugal (*M*idade = 24.32, *DP* = 7.61), sendo a maioria do sexo feminino (*n* = 285, 73.1%), recrutados em diferentes cursos e instituições do ensino superior português. A elegibilidade contemplou participantes com idade igual ou superior a 18 anos, de nacionalidade portuguesa e com matrícula ativa no ensino superior. Foram removidos da análise os casos de mobilidade académica internacional em curso, situações de incapacidade cognitiva ou física impeditiva, ausência de consentimento informado e registos com respostas incompletas ou inconsistentes.

Instrumento

O *Tolerance to Sexual Harrassment Inventory*, é um instrumento breve de 10 itens que avalia as atitudes permissivas face ao assédio sexual. A escala encontra-se em formato Likert de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), sendo que quanto menor a pontuação total, mais intolerante o participante é em relação ao assédio sexual.

Procedimentos

O protocolo do estudo foi submetido à Comissão de Ética da Universidade Lusíada de Lisboa, tendo obtido aprovação pela mesma, sendo o estudo conduzido em conformidade com os princípios éticos aplicáveis à investigação com seres humanos, incluindo o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). O processo de adaptação incluiu tradução-retrotradução por dois tradutores bilingues (PT↔EN) e um acordo interjuízes para assegurar a equivalência semântica e pertinência sociocultural dos itens. Foi conduzido, numa fase preliminar, um estudo piloto (*N* = 50) com o objetivo de avaliar a compreensibilidade, aceitabilidade e propriedades psicométricas iniciais do instrumento, conforme recomendado na literatura para processos de adaptação e validação (Miguel et al., 2025), não tendo sido tomadas decisões estruturais definitivas nesta fase. A recolha do estudo principal recorreu a anúncios online, redes sociais e *flyers*. Todos os participantes facultaram o seu consentimento informado, tendo sido garantido o anonimato, a confidencialidade e o direito de desistência sem penalização.

Resultados

Análise fatorial exploratória

Com o objetivo de avaliar a estrutura latente do Inventário de Tolerância ao Assédio Sexual, foi realizada uma análise fatorial exploratória (AFE) utilizando o método de mínimos resíduos e rotação oblíqua (oblimin), baseada na matriz de correlações dos itens, sendo os resultados das cargas fatoriais apresentados na Tabela 1. A adequação da amostra para a análise fatorial foi confirmada pelo índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0.811), indicando uma excelente adequação da matriz de dados (Field, 2018). Os valores individuais do MSA para os itens variou entre 0.718 (item 9) e 0,870 (item 4). O teste de esfericidade de Bartlett revelou-se significativo ($\chi^2(45) = 881.75$, $p < 0.001$), indicando a existência de correlações suficientes entre os itens para justificar a realização da AFE. Com base no critério de autovalores e na fundamentação teórica, foi extraído um único fator. As cargas fatoriais dos itens neste fator variaram entre 0.430 (item 7) e 0,617 (item 2), com todos os itens a apresentarem cargas fatoriais superiores a 0.40.

Tabela 1
Cargas fatoriais análise fatorial exploratória.

Item	Fator 1	*Uniqueness*
2	0.617	0.619
4	0.595	0.647
3	0.540	0.708
10	0.537	0.711
5	0.526	0.723
9	0.524	0.725
8	0.523	0.726
6	0.504	0.746
1	0.489	0.761
7	0.430	0.816

Nota: O método de rotação aplicado é o oblimin.

Análise fatorial confirmatória

Após a estrutura unifatorial constatada na análise fatorial exploratória, foi realizada uma análise fatorial confirmatória (AFC), utilizando o método de máxima verosimilhança (ML). O modelo testado compreendia os 10 itens identificados. Os resultados revelaram um ajustamento global insuficiente do modelo aos dados, uma vez que os principais índices de ajustamento se apresentaram abaixo dos valores recomendados pela literatura, conforme apresentado na Tabela 2: Comparative Fit Index (CFI) = 0.783; Tucker-Lewis Index (TLI) = 0.721; Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) = 0.116 (IC 90% [0.102, 0.131]); e Standardized Root Mean Square Residual (SRMR) = 0.068. Apenas o *Goodness of Fit*

Tabela 2
Índices de fit análise fatorial confirmatória.

Index	Value
Comparative Fit Index (CFI)	0.783
Tucker-Lewis Index (TLI)	0.721
Goodness of Fit Index (GFI)	0.955
Root mean square error of approximation (RMSEA)	0.116
Bentler-Bonett Non-normed Fit Index (NNFI)	0.721
Bentler-Bonett Normed Fit Index (NFI)	0.754
Parsimony Normed Fit Index (PNFI)	0.587
Bollen's Relative Fit Index (RFI)	0.684
Bollen's Incremental Fit Index (IFI)	0.785
Relative Noncentrality Index (RNI)	0.783

Index (GFI) aproximou-se do valor de referência (GFI = 0.955). De acordo com Hu e Bentler (1999), os valores de CFI e TLI superiores a 0.90, RMSEA inferior a 0.08 e SRMR inferior a 0.08 são indicativos de um ajustamento aceitável. No presente caso, os índices observados sugerem que o modelo unifatorial inicial não apresenta um ajustamento adequado aos dados empíricos. Estes resultados apontaram para a necessidade de reespecificação do modelo, nomeadamente a identificação e eventual remoção de itens com contributo fatorial reduzido, de modo a otimizar a validade estrutural e psicométrica do instrumento.

Análise fatorial confirmatória ajustada

Na sequência da remoção dos itens 1, 9 e 10, cuja contribuição fatorial se revelou insuficiente, foi testado um modelo unifatorial revisto, composto por sete itens, através de análise fatorial confirmatória (AFC) com estimação por máxima verosimilhança. O modelo revisto apresentou uma melhoria substancial nos índices de ajustamento (ver Tabela 3). O teste do qui-quadrado manteve-se significativo, $\chi^2(14) = 53.46$, $p < 0.001$, um resultado habitual em amostras de maior dimensão. O Comparative Fit Index (CFI = 0.917) e o Goodness of Fit Index (GFI = 0.986) revelaram um ajustamento adequado, enquanto o Tucker-Lewis Index (TLI = 0.876) aproximou-se do limiar recomendado para aceitabilidade. O Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) situou-se em 0.085 (IC 90% [0.062, 0.110], $p = 0.008$) e o Standardized Root Mean Square Residual (SRMR) apresentou um valor de 0,044. A representação gráfica do modelo final é apresentada na Figura 1.

Tabela 3
Índices de fit análise fatorial confirmatória ajustada.

Index	***Value***
Comparative Fit Index (CFI)	0.917
Tucker-Lewis Index (TLI)	0.876
Goodness of Fit Index (GFI)	0.986
Root mean square error of approximation (RMSEA)	0.085
Bentler-Bonett Non-normed Fit Index (NNFI)	0.876
Bentler-Bonett Normed Fit Index (NFI)	0.893
Parsimony Normed Fit Index (PNFI)	0.595
Bollen's Relative Fit Index (RFI)	0.839
Bollen's Incremental Fit Index (IFI)	0.919
Relative Noncentrality Index (RNI)	0.917

Análise de consistência interna

A análise de fiabilidade realizada para a versão final da escala com sete itens, revelou indicadores satisfatórios de consistência interna (ver Tabela 4), como demonstrado pelo valor do ômega de McDonald ($\omega = 0.751$, IC 95% [0.713, 0.789]) e pelo valor do alfa de Cronbach ($\alpha = 0.750$, IC 95% [0.710, 0.786]). Estes resultados evidenciam um nível de consistência interna considerado adequado, indicando que os sete itens da escala avaliam de forma homogénea o constructo de tolerância ao assédio sexual.

Figura 1
Modelo da escala.

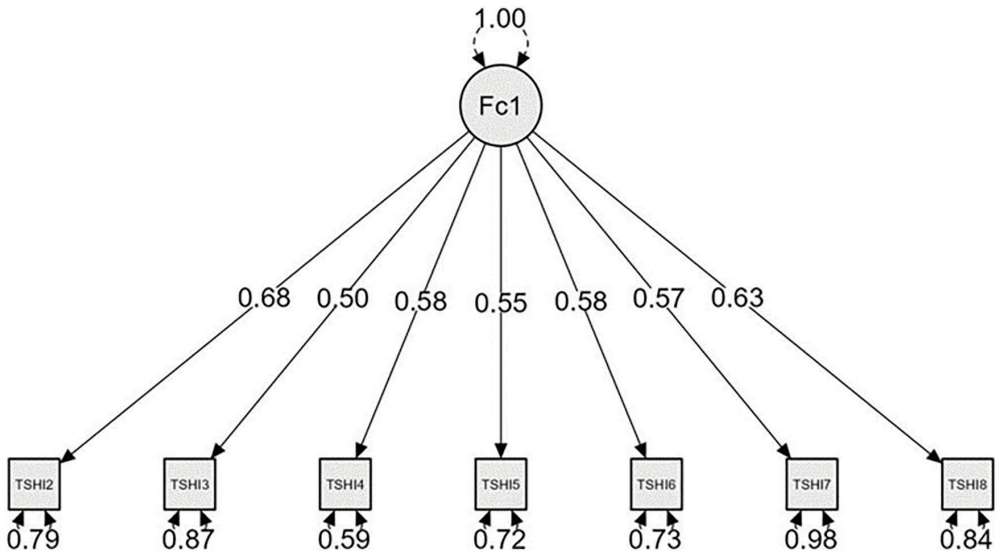


Tabela 4
Consistência do inventário de tolerância ao assédio sexual.

Estimativa	McDonald's ω	Cronbach's α
Estimativa pontual	0.751	0.750
Limite Inferior do IC a 95%	0.713	0.710
Limite Superior do IC a 95%	0.789	0.786

Discussão

O presente estudo teve como objetivo adaptar e validar para o contexto português o Inventário de Tolerância ao Assédio Sexual. Os resultados sustentaram uma estrutura unifatorial com uma qualidade de ajuste adequada e consistência interna satisfatória numa versão breve, reforçando a parcimónia do instrumento e a sua utilidade para quantificar atitudes de tolerância face ao assédio sexual. Em conjunto, estes achados oferecem uma evidência inicial de adequação psicométrica e alinham-se com a proposta original do TSHI enquanto medida concisa e focada do constructo (Lipschultz & Hilt, 1994).

A manutenção das cargas fatoriais consistentes e o ajustamento global do modelo confirmatório sustentam a unidimensionalidade prática do instrumento, o que facilita a interpretação (pontuação única) e a implementação em rastreios e estudos de monitorização.

A fiabilidade observada é compatível com o uso em investigações futuras e de rastreio da tolerância ao assédio sexual, tendo em conta o número reduzido de itens. Nas escalas breves, os valores de consistência interna moderados podem refletir heterogeneidade substantiva do conteúdo necessário para captar o constructo com amplitude suficiente, sem que isso comprometa o uso em contextos de investigação e avaliação formativa. Do ponto de vista aplicado, a brevidade do inventário representa uma vantagem operacional (menor carga de resposta), crucial em inquéritos institucionais com múltiplas medidas.

Embora o foco tenha sido a validação interna, os resultados devem ser lidos à luz do enquadramento teórico mais amplo que associa atitudes tolerantes à normalização e subnotificação de comportamentos sexistas em ambientes académicos e laborais (Fitzgerald et al., 1988). Ao disponibilizar uma medida breve e validada para Portugal, este estudo contribui para superar uma lacuna instrumental frequentemente identificada na literatura nacional e internacional e cria condições para comparações transculturais e para a avaliação de programas de prevenção. Adicionalmente, o instrumento apresenta um potencial relevante ao nível institucional e organizacional, ao permitir identificar níveis de tolerância ao assédio sexual que podem comprometer a eficácia de políticas internas. A sua utilização sistemática pode apoiar o diagnóstico de clima organizacional, a definição de estratégias de prevenção mais direcionadas e a avaliação do impacto de programas de sensibilização e formação, contribuindo para a promoção de ambientes mais seguros, equitativos e livres de comportamentos abusivos.

Limitações

O estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. Primeiro, o desenho transversal e a amostra por conveniência de estudantes limitam a generalização dos resultados e impedem inferências causais. Segundo, a natureza autorrelatada das respostas pode introduzir viés de desejabilidade social. Terceiro, não foram avaliadas propriedades temporais (p. ex., teste-reteste) nem válidas de critério/preditiva (e.g., relação com comportamentos observáveis ou indicadores institucionais), o que restringe as inferências sobre estabilidade e utilidade preditiva. Quarto, a otimização do modelo com redução de itens, típica em processos de validação, pode implicar uma possível perda da amplitude do conteúdo. Por fim, apesar de análises de ajuste satisfatórias, a invariância de medida entre subgrupos (e.g., sexo, áreas disciplinares, contextos organizacionais) deve ser testada de forma sistemática para sustentar comparações justas.

Implicações e estudos futuros

No plano aplicado, o inventário validado para Portugal pode ser utilizado em diagnóstico institucional (clima e atitudes), monitorização de programas de prevenção e formação, e investigação sobre determinantes e consequências da tolerância ao assédio. Recomenda-se a sua integração em baterias curtas com indicadores de clima organizacional/académico, garantindo assim um, feedback útil para políticas de prevenção e intervenção.

Para investigação futura, destacam-se várias prioridades: (i) testar a fiabilidade teste-reteste para examinar estabilidade temporal; (ii) avaliar validade convergente/discriminante com medidas de crenças sexistas, justificações de violência e normas injuntivas/descritivas; (iii) explorar validade preditiva, incluindo estudos longitudinais que relacionem pontuações do instrumento com comportamentos, intenção de denúncia e efeitos de intervenções; (iv) conduzir análises de invariância multigrupo (sexo, idade, área de estudo, contexto laboral) para suportar comparações; e (v) considerar IRT/Teoria de Resposta ao Item para mapear informação ao longo do traço latente e otimizar ainda mais a escala.

Conclusão

Os resultados indicam que a versão portuguesa do Inventário de Tolerância ao Assédio Sexual, apresenta uma estrutura unifatorial estável, um ajuste adequado e uma consistência

interna compatível com o uso em investigação e rastreio, constituindo uma ferramenta breve e útil para avaliar as atitudes de tolerância ao assédio sexual em contextos académicos. A disponibilização desta medida em Portugal facilita a monitorização, avaliação de políticas e investigação orientada à prevenção. Os estudos posteriores devem alargar a generalização, consolidar evidências de invariância e estabilidade, e aprofundar a validade preditiva nos contextos educativos e organizacionais. A disponibilização desta medida em Portugal facilita a monitorização, avaliação de políticas e investigação orientada à prevenção, abrindo igualmente caminho para a sua utilização em estudos longitudinais que permitam examinar a evolução destas atitudes ao longo do tempo, bem como em investigações transculturais que promovam a comparabilidade entre diferentes contextos socioculturais. Os estudos posteriores devem alargar a generalização, consolidar evidências de invariância e estabilidade, e aprofundar a validade preditiva nos contextos educativos e organizacionais.

Conflito de interesses

O/s autor (es) declara(m) que não há conflito de interesses.

Referências bibliográficas

Brown, C., & Biefeld, S. (2023). The Development of Perpetration and Tolerance of Sexual Harassment. *Current Directions in Psychological Science*, 32, 10-17. https://doi.org/10.1177/09637214221141855

Faustino, M., Ventura, I., Santos, M., Garraio, J., & Cerqueira, C. (2025). Sexual Harassment in Academia: Analysis of Opinion Articles in the Portuguese Press. *Journalism and Media*. https://doi.org/10.3390/journalmedia6020060

Fitzgerald, L. F., Shullman, S. L., Bailey, N. M., Richards, M., Swecker, J., Gold, Y., ... & Weitzman, L. M. (1988). The incidence and dimensions of sexual harassment in academia and the workplace. *Journal of Vocational Behavior, 32*(2), 152-175. https://doi.org/10.1016/0001-8791(88)90012-7

Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff Criteria for Fit Indexes in Covariance Structure Analysis: Conventional Criteria versus New Alternatives. *Structural Equation Modeling, 6*, 1-55. http://dx.doi.org/10.1080/10705519909540118

Lipschultz, J. H., & Hilt, M. L. (1994). Broadcast managers and the Tolerance for Sexual Harassment Inventory. *Journal of Social Behavior and Personality, 9*(1), 141–152. https://digitalcommons.unomaha.edu/commfacpub/56

Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, R., & Manita, C. (2012). Escala de crenças sobre violência sexual (ecvs). *Análise Psicológica, 30*(1 / 2), 177-191. https://doi.org/10.14417/ap.546

Miguel, D., Sofia, F., Souza, C. & Garrido, M. V. (2025). Estudo piloto: A importância para a investigação científica. In M. Prada, & D. Guedes (Eds.), *Caderno de laboratório: Guia prático para investigadores/as* (Vol. III, pp. 91-101). http://hdl.handle.net/10071/35054

Minnotte, K., & Pedersen, D. (2023). Sexual Harassment, Sexual Harassment Climate, and the Well-Being of STEM Faculty Members. *Innovative Higher Education*, 1-18. https://doi.org/10.1007/s10755-023-09645-w

Ohse, D. M. and Stockdale, M. S. (2008). Age Comparisons in Workplace Sexual Harassment Perceptions. *Sex Roles, 59*(3-4), 240-253. https://doi.org/10.1007/s11199-008-9438-y

Yie, C., & Ping, N. (2021). Sexual Harassment in Workplace: A Literature Review. *The International Journal of Humanities & Social Studies*. https://doi.org/10.24940/theijhss/2021/v9/i8/hs2108-023

Material de suporte

Apêndice A

Inventário de Tolerância ao Assédio Sexual.

Em baixo, vai encontrar 7 afirmações. Responda numa escala de 1 (discordo fortemente) a 5 (concordo fortemente) consoante a sua concordância com as afirmações.

1. É natural que uma mulher utilize a sua sexualidade como forma de conseguir ficar à frente dos outros no trabalho.	1	2	3	4	5
2. A maioria dos homens são provocados sexualmente por muitas das mulheres com quem interagem no trabalho.	1	2	3	4	5
3. Incentivar o interesse sexual de um supervisor é frequentemente utilizado pelas mulheres como forma de melhorar a sua situação laboral.	1	2	3	4	5
4. Os flertes inocentes tornam o dia de trabalho interessante.	1	2	3	4	5
5. Uma mulher atraente deve esperar avanços sexuais e deve aprender a lidar com eles.	1	2	3	4	5
6. É natural para um homem fazer avanços sexuais a uma mulher que ele ache atraente.	1	2	3	4	5
7. Um homem atraente deve esperar avanços sexuais e deve aprender a lidar com eles.	1	2	3	4	5

Nota: A cotação do questionário, resulta da soma de todos os itens. Quanto menor a pontuação total, mais intolerante o participante é em relação ao assédio sexual.